
Diversidades presentes: reconhecimentos e apagamentos da pluralidade na escola

Present diversity: recognition and erasure of plurality in school

Mirelli Aparecida Neves Zimbrão*

Cristiane Moreira da Silva**

Resumo: Diversidade é tudo que não é homogêneo, que é diferente, múltiplo e se apresenta de forma plural. A escola é um espaço de diversidades, estando presente todas as possibilidades de ser expressas no mundo, por meio de diversos grupos sociais, econômicos, culturais e subjetivos e as interseccionalidades entre eles. Problema: o que tem sido reconhecido como diversidade na escola e quais relações têm sido estabelecidas? Objetivo: analisar através de uma revisão sistemática da literatura, quais diversidades têm sido reconhecidas no ambiente escolar. Resultados: o entendimento sobre diversidade está relacionado a regionalidade, alguns grupos não são compreendidos como diversidade, ou não estão presentes em determinados contextos. Apesar de haver leis, resoluções e diretrizes que orientam a prática educacional em diversos aspectos, os diversos atores escolares, ainda enfrentam diversos obstáculos em torná-las realidade.

Palavras-chave: Diversidades; Psicologia educacional; Relações sociais.

Abstract: Diversity is everything that is not homogeneous, that is different, multiple and presented in a plural manner. The school is a space of diversity, offering all the possibilities to be expressed in the world, through different social, economic, cultural and subjective groups, and the intersectionalities between them. Problem: what has been recognized as diversity in the school and what relationships have been established? Objective: to analyze, through a systematic literature review, which diversities have been recognized in the school environment. Results: that the understanding of diversity is related to regionality, some groups are not understood as diversity, or are not present in certain contexts. Although there are laws, resolutions and guidelines that guide educational practice in different school actors still face several obstacles in making them a reality.

Keywords: Diversity; Educational psychology; Social relationships.

Introdução

O papel da escola vem se modificando ao longo do tempo, todavia, desde o seu surgimento com o filósofo Platão no século IV a. C. seu principal objetivo era passar os

* Universidade Católica de Petrópolis – Mestra em Psicologia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0887-5421>.

** Universidade Católica de Petrópolis – Doutora em Psicologia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8496-0233>.

conhecimentos dos mestres aos aprendizes. Atualmente, o objetivo da escola é muito mais amplo, além de repassar os conhecimentos para os mais jovens, a escola também tem o objetivo de assegurar a saúde e segurança das crianças e adolescentes (ECA, 1990), prepará-los para o mercado trabalhista e formá-los de modo que sejam capazes de compreender o contexto ao qual fazem parte (Da Silva Rocha; De Oliveira, 2018). Do mesmo modo, a função do professor deixou de ser apenas a de passar conteúdos e conhecimentos, se expandindo para ter que dar conta da forma que cada aluno apreende o conhecimento, levando em conta aspectos cognitivos, físico/motores, culturais e subjetivos. Com o passar do tempo, a escola que era considerada um ambiente elitista no qual apenas alguns podiam frequentar (Pereira et al., 2012) passa a ser um lócus comum a todos, marcado por relações de poder e pelas diferenças. Essas diferenças, ou melhor dizendo, diversidades, devem ser entendidas de forma plural, pois se dão em razão de gênero, sexualidade, religião, classe social, deficiências físicas e/ou cognitivas e diferentes culturas.

Apesar de existirem leis, resoluções e diretrizes que orientam a prática pedagógica em relação às diversidades, muitos atores escolares, isto é, alunos, professores, equipe gestora, auxiliares e outros, ainda encontram grandes dificuldades em colocá-las em prática. Com base nisso, o presente trabalho foi orientado a partir do seguinte problema: o que os atores escolares têm reconhecido como diversidade na escola? Com o objetivo de analisar o que tem sido produzido acerca das diversidades na escola. Para tal foi realizada uma revisão sistemática da literatura.

Desencontros na escola: o (des) conhecimento das diversidades no ambiente escolar

A desigualdade social sempre esteve presente no Brasil desde o período colonial, de modo que as injustiças sociais não eram assim categorizadas, pelo contrário eram abafadas a fim de mostrar que tudo funcionava de maneira adequada. Todavia, essas desigualdades não poderiam ferir os direitos básicos da humanidade, com isso deu-se o início à criação de Políticas Públicas que tinham como objetivo chegar a todas as pessoas, incluindo as que se encontravam marginalizadas socialmente. Atualmente o país permanece marcado pela desigualdade social, o que indica a necessidade de inserir

o assunto nas grades curriculares visando educar as crianças e adolescentes para os Direitos Humanos, a fim de que aprendam a respeitar as diferenças e possam se engajar na luta por uma sociedade mais justa socialmente (De Melo et al., 2017).

Nem sempre o ensino na Educação Básica acerca dos Direitos Humanos é uma preocupação, ao passo que muitas vezes se preza apenas a formação para o mercado de trabalho, estimulando desde cedo a competição entre os alunos e não dando ênfase para a formação dos estudantes enquanto cidadãos. Embora nem sempre esse conteúdo seja abordado nas salas de aula, a educação em Direitos Humanos é de extrema importância para que os estudantes aprendam tanto que a escola é um espaço de segurança, quanto para aprender a respeitar as diferenças sociais, sem estigmatizar as diversidades presentes na sociedade (Santos, 2019).

Do ponto de vista do senso comum, diversidade é compreendida como algo que simboliza o diferente. O Dicionário Online descreve o termo como um substantivo feminino que expressa “característica ou estado do que é diverso, diferente, diversificado; não semelhante” além de remeter a pluralidade, multiplicidade e divergência. Coelho e Silva (2017) apontam que este configura um tema complexo no ambiente escolar à medida que o entendimento das diversidades é limitado pelos atores escolar, por vezes se restringindo apenas a relações raciais, gênero e povos originários, além de não contarem com uma variedade teórica que alcance outras realidades. Tal fato salienta que muitas diversidades ocupam um lugar de minoria social e são colocadas tão à margem que acabam sendo tratadas como invisíveis nesses espaços que não as reconhecem enquanto corpos presentes na escola. A escola deve ser vista como um espaço de pluralidades e não como uma massa social homogênea, a partir disso, será entendido como diversidades todos os grupos que se formam e manifestam suas características e peculiaridades e que enfrentam uma luta constante contra um sistema que tenta a todo instante e a todo custo manter uma hierarquia de desigualdades.

A escola se constitui como um espaço de formação de cidadãos, dessa forma não cabe a ela somente a transmissão de conhecimentos técnicos e teóricos, devendo fomentar ainda o pensamento crítico e os valores aos quais se propõe. Na atualidade enfrentamos o que foi nomeado como Movimento Escola Sem Partido que tem como objetivo substituir a ideia de educação no sentido formativo, inclusive moral, pela escolarização que se relaciona muito mais à transmissão de conteúdos e informações.

Nesse sentido, o movimento defende um ensino neutro de valores ou concepções políticas e ideológicas, afirmando que os responsáveis têm o direito sobre “a educação moral dos filhos”, além de restringir temas e assuntos que podem ou não ser abordados dentro das salas de aula, o que sustenta a ideia de um ensino homogêneo, normativo que não contempla as diversidades humanas. Esse movimento amplamente disseminado compreende justamente o oposto ao desafio da educação, de modo que para eles os professores não devem dar opiniões próprias sobre os conteúdos disciplinares por eles ofertados. Assim, a formação de valores, bem como os aspectos éticos, morais e sexuais seriam de responsabilidade familiar, não cabendo à escola abordar tais temas (Bonfim; Mesquita, 2020).

Essa concepção de pensamento, juntamente com a pressão religiosa representada por boa parte da bancada parlamentar (Oltamari; Gesser, 2019) acaba por dificultar importantes discussões a exemplo da diversidade sexual que poderia se beneficiar do ambiente escolar a fim de desfazer mitos e tabus e formar as crianças e adolescentes para que respeitem as diferenças, diminuindo assim o preconceito e discriminação. Todavia, ainda que muitos professores reconheçam a importância em gerar reflexões acerca da diversidade sexual e de gênero, o que acontece é que estes acabam encontrando grandes dificuldades e resistência por parte das instituições e comunidade (Soares; Monteiro, 2019). Em estudo realizado por Bonfim e Mesquita, um aluno relata que “nunca falaram disso na escola” (2020, p. 8), evidenciando que a maioria dos estudantes cresce sem ter acesso à educação sexual ou qualquer formação que aborde sobre a diversidade sexual.

Embora existam leis que criminalizem o racismo e sustentam a obrigatoriedade do ensino da cultura afro, a realidade vista em relação às relações raciais, não é muito diferente da citada anteriormente. O estudo chama a atenção para a necessidade de formação continuada dos professores, tendo em vista que muitos passam de forma despercebida por tais conteúdos (Catanante; Dias, 2017). Outro ponto semelhante é o ensino religioso que dificilmente segue a laicidade, favorecendo religiões cristãs em detrimento de outras, principalmente religiões de matriz africana, que acabam sendo descriminalizadas dentro do ambiente escolar. Tendo em vista que as religiões afro possuem suas origens no período colonial, bem como diferentes nacionalidades africanas, a expressão dessas crenças também costuma passar pelo que Fo (2017) chama

de racismo religioso. Contudo, tem-se iniciado, ainda que lentamente, a introdução de elementos culturais como o ensino da capoeira e do jongo (Pomin; Café, 2020; Silva; Montrone, 2020) que apesar de serem ainda incipientes, já apontam para uma mudança do atual cenário.

Um dos contextos marcantes para se observar a presença das diversidades é a cultura. Além da diversidade presente nas relações raciais, também é possível destacar as culturas ribeirinhas, dos povos originários e de diferentes grupos de imigrantes que passaram a residir no país. Nesses contextos a diversidade da cultura não raramente se torna um dificultador, tendo em vista que os professores não são preparados em sua formação para contemplar as peculiaridades das diferentes culturas. Considerando que na maioria das vezes a cultura de origem não é inserida nos currículos, de modo que nem sempre aquele conteúdo faz sentido para o estudante e que esses grupos tendem a apresentar diferentes formas de linguagem, que não raramente tentam silenciar seus idiomas nativos, o que acontece é uma desmotivação por parte dos estudantes que não se sentem representados. Pode-se destacar novamente a necessidade da formação continuada dos profissionais da educação para que aprendam a se reinventar frente às novas realidades e contextos, tanto de trabalho, quanto de vivência comunitária de modo geral (Dos Santos Coelho; De Souza, 2019; Ives-Felix; Nakayama; Da Silva Felix-Ives, 2018; Do Nascimento; Feldmann, 2018; Gondin, Pinezi; Menezes, 2021).

Esse despreparo para lidar com as diferenças também costuma ser visto nas relações nas quais há uma pessoa com deficiência. Embora a educação inclusiva tenha avançado e o professor possa ser um “agente facilitador” capaz de mediar o processo de aprendizagem e inclusão, muitos ainda apresentam rigidez na adaptação ou flexibilização dos conteúdos e formas de se ensinar, o que para Rodrigues; Domiciano e Emerich-Geraldo, está relacionado a falta de preparo e formação dos professores (2018). A resistência em adaptar e repensar conteúdos e atividades tende a estar relacionada à dificuldade das pessoas sem deficiência em identificar as barreiras que impedem ou dificultam tanto a aprendizagem quanto às relações sociais que se dão nesse espaço. Nesse sentido, Oliveira e Resende (2017) destacam em seu estudo não apenas a necessidade da formação continuada como também a experiência prática. Os autores realizaram oficinas que simulavam deficiências visuais e auditivas a fim de que os alunos/futuros professores conseguissem identificar barreiras e pensar modos de

acessibilidade, destacando ainda a importância em se inserir nos currículos, disciplinas que abordam temas como Direitos Humanos em vista a desfazer estereótipos, melhorando assim, tanto o processo de ensino-aprendizagem quanto às relações sociais que ali se dão.

Todas as diversidades acima citadas tendem a ser vistas não como potências, mas sim como um diferente pejorativo, algo que remete à estranheza. Esse pensamento distorcido sobre o outro, pautado em preconceitos e estereótipos geram violência e desigualdade nos espaços escolares. Em estudo realizado por Cruz e Maciel (2018) a fim de compreender a representação da violência para os alunos do segundo segmento do ensino fundamental, demonstrou que as palavras mais evocadas foram “bullying, brigar, racismo, agressão, preconceito e desrespeito”, o que aponta para o conhecimento dos jovens de que a violência não é apenas física e que também se expressa de forma verbal e moral.

O avanço das tecnologias e a facilidade de comunicação através das redes sociais, possibilitou que as relações estabelecidas na escola ultrapassassem seus próprios muros institucionais e passassem a ocupar os espaços virtuais. O *bullying* que antes se restringia ao pátio e salas de aula, passa a ocupar então os meios virtuais de comunicação, sendo então nomeado como *cyberbullying*. Uma pesquisa realizada sobre esse tema com 1534 alunos de diferentes estados da confederação brasileira mostrou que 37% dos estudantes afirmaram ter envolvimento em situações de *cyberbullying*, o estudo evidenciou que diferentes formas de ofensas estão relacionadas a questões de gênero e destaca a importância em se debater sobre o tema nas escolas a fim de se pensar estratégias de enfrentamento do problema (Pereira et al., 2018). Ao questionar qual seria o papel da escola diante dessas questões, Coelho e Silva (2017) sinalizam que faz parte das funções da coordenação pedagógica auxiliar na formação continuada da equipe e trabalhar junto a eles temas referentes à "diversidade e desigualdade na escola", contudo a realidade encontrada tem apontado para um fazer no qual se prioriza o rendimento escolar e atividades de “apagar fogo”, isto é, resolução de conflitos.

O cenário atual das produções acerca da diversidade escolar, evidencia a urgência em se falar sobre esses temas de forma ampliada, visando atingir não apenas os estudantes como também os professores que estão continuamente a formar as crianças e adolescentes.

Método

O estudo trata-se de uma revisão sistemática da literatura. Esse método tem sido compreendido como um modo de compilar resultados de outros estudos já realizados e publicados anteriormente dentro de um determinado tema e tempo. É necessário que seja indicado o problema que está sendo investigado, o protocolo de busca, sinalizando bases utilizadas e descritores, critérios de inclusão e exclusão utilizados para filtrar os artigos, seleção dos estudos com base na leitura dos resumos, avaliação dos estudos, organização dos dados, avaliação qualitativa dos conteúdos seguida dos resultados encontrados. O modelo de revisão sistemática se caracteriza principalmente por apresentar maior rigor metodológico permitindo que o estudo seja replicado posteriormente, já que devem ser descritos os passos que levaram ao resultado da seleção dos artigos finais (Donato; Donato, 2019).

As buscas foram realizadas durante o mês de abril de 2021, através dos indexadores Scielo, Periódicos CAPES, LILACS e PEPSIC, utilizando os descritores “diversidade”, “escola”, “direitos humanos” e “psicologia escolar/educacional”, que foram averiguados pelo DECS a fim de selecionar os melhores termos para a pesquisa. Também foram usados os operadores booleanos “and” e “or”. Tendo em vista que o interesse era compreender sobre o contexto brasileiro, os resultados encontrados foram filtrados em: idioma português. E estudos realizados no contexto brasileiro. O período de publicação dos artigos também foi restringido entre 2017 e 2021, bem como utilizou-se como critério de exclusão artigos que não fossem das áreas da psicologia, educação e multiprofissional. Por conseguinte, foram excluídos ainda, trabalhos publicados em anais de eventos, artigos incompletos, monografias e dissertações e trabalhos em outros idiomas.

Após a realização das buscas e seleções dos artigos, foi construída uma tabela com o objetivo de organizar as principais informações, sendo estas: autor, tema, título, ano de publicação, plataforma indexada, revista, Qualis, objetivos, métodos e resultados de todos os 56 artigos. A tabela simplificada será apresentada nos resultados.

Resultados

Os temas identificados como diversidade foram listados a fim de destacar quais assuntos foram mais pesquisados. Entretanto, por conta das interseccionalidades, foi destacado o assunto predominante em cada artigo, de modo que foi possível classificar: gênero e sexualidade (25) nos quais foram abordados temas como educação de gênero, formação de professores para lidar com diversidade sexual, políticas educacionais sobre gênero e diversidade, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST), preconceito, discriminação e violências relacionados ao tema e outros; por meio de estudos tanto teóricos (10) quanto empíricos (15), sendo possível observar que poucas pesquisas que realizassem entrevistas com os estudantes, dando preferência para outras metodologias ou priorizando ouvir professores e gestores.

Relações raciais (7) foram encontrados trabalhos relacionados a formação continuada de professores direcionada à diversidade étnico-racial, dificuldades encontradas no ensino da cultura afro, bem como, o ensino do jongo, relações sociais ligadas a cor da pele e temas que interligam as relações étnico raciais com religiões e espaços geográficos; nesse tópico foram encontrados 2 artigos teóricos e 5 de metodologia empírica.

Diversidade cultural, incluindo imigrantes e ribeirinhos (4) ambos os temas destacaram aspectos linguísticos e as dificuldades de incluir a cultura de origem no ensino tradicional escolar; povos originários (4) do mesmo modo que descrito anteriormente, os artigos aqui classificados chamam a atenção para aspectos da linguagem e inclusão cultural ao passo que nem sempre o currículo é adaptado para a realidade daquela população e os alunos se mostram desmotivados; unindo os estudos de diversidade cultural encontra-se 2 artigos teóricos e 7 empíricos, principalmente análise de entrevistas com professores.

Educação e direitos humanos (4) nesse bloco, os trabalhos encontrados destacam legislações e diretrizes, bem como promovem reflexões acerca da escola como espaço de segurança e garantia de direitos de crianças e adolescentes; a divisão da metodologia ficou 3 estudos teóricos de revisão da literatura para 1 empírico no qual foram realizadas entrevistas.

Pessoas com deficiência (3) principalmente no que diz respeito à formação de professores para lidar com as diferenças e as relações que se estabelecem nas salas de aula; nesta classificação foram encontrados apenas 2 estudos teóricos e 1 empírico, o que chama atenção para a necessidade em aprofundar o assunto. Religião (3) abordando a relação estabelecida entre fatores religiosos e outros temas já citados como relações raciais e sexualidade; do mesmo modo que o anterior, foi encontrado um número muito limitado de estudos, sendo 1 teórico e 2 empíricos.

Educação inclusiva (2), violência (2) e diversidade/desigualdade (2), aqui foram observados artigos que focam na formação continuada dos professores para lidar com inclusões, a exemplo do autismo, a escola como fator de segurança em relação a violência sexual e violência física em razão das diferenças, bem como a formação dos professores para trabalhar com as diversidades e combater as desigualdades dentro dos espaços escolares, respectivamente; ambos os artigos referentes à educação inclusiva foram de abordagem teórica, sendo os outros 4 pesquisas empíricas, sendo especificamente grupo focal (1) e entrevistas com agentes escolares (3). Ver Tabela 1.

Tabela 1 - Artigos selecionados para revisão

Autores	Ano	Título	Revista
Bartolina Ramalho Catanante; Lucimar Rosa Dias	2017	A coordenação pedagógica, a formação continuada e a diversidade étnico-racial: um desafio	Educar em Revista
Wilma de Nazaré Baía Coelho; Carlos Aldemir Farias da Silva	2017	Coordenadoras pedagógicas e diversidade: entre percursos formativos e práticas na escola básica	Educar em Revista
Zilene Pereira Soares; Simone Souza Monteiro	2019	Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios	Educar em Revista
Maria Rita de Assis César; André de Macedo Duarte	2017	Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos	Educar em Revista

sombrios			
Gislaine Ferreira Menino-Mencia; Maria de Fátima Belancieria; Mônica Pereira dos Santos; Vera Lucia Messias Fialho Capellini	2019	Estudos Desenvolvidos Tendo como Base o Documento “Index Para a Inclusão”	Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v.25
Raiane Paim Pinto; Maria Luzia da Silva Santana	2020	A Educação Especial Inclusiva em Contexto de Diversidade Cultural e Linguística: Práticas Pedagógicas e Desafios de Professoras em Escolas de Fronteira	Rev. Bras. Ed. Esp. Bauru, v.26
Juliana Lapa Rizza; Paula Regina Costa Ribeiro; Maria Renata Alonso Mota	2018	A sexualidade nos cursos de licenciatura e a interface com políticas de formação de professores/as	Educ. Pesqui., São Paulo, v. 44
Erineusa Maria da Silva; Eliza Bartolozzi Ferreira	2019	Os movimentos das professoras da educação básica na constituição das políticas de gênero na escola	Educ. Pesqui., São Paulo, v. 45
Cláudia Vianna; Alexandre Bortolini	2020	Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas	Educ. Pesqui., São Paulo, v. 46
Elaine de Jesus Souza; Joilson Pereira da Silva; Claudiene Santos	2017	Representações de docentes acerca da diversidade sexual e homofobia	Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 25
Andressa Urtiga Moreira; Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino	2021	Liberdade é conquista social? Freire e Vigotski na perspectiva da educação em direitos humanos	Educ. Pesqui., São Paulo, v. 47

Leandro Castro Oltramari; Marivete Gesser	2019	Educação e gênero: histórias de estudantes do curso Gênero e Diversidade na Escola	Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 27
Nathássia Matias de Medeiros; Lorrana Caliope Castelo Branco Mourão; Luciana Lobo Miranda	2020	Entre à igualdade e a diferenças nos discursos do projeto saúde e prevenção nas escolas	Psicologia & Sociedade, 32
Juliano Bonfim; Marcos Ribeiro Mesquita	2020	Nunca falaram disso na escola...”: um debate com jovens sobre gênero e diversidade	Psicologia & Sociedade, 32
Vera Paiva; Maria Cristina Antunes; Mauro Niskier Sanchez	2019	O direito à prevenção da Aids em tempos de retrocesso: religiosidade e sexualidade na escola	Interface comunicação, saúde e educação
Carlos Maroto Guerola	2017	Os alunos teriam que estudar para poder comprar comida”: a escola guarani como necessidade, obrigação e direito	Revista Brasileira de Educação v. 22
Carlos José de Moura Ciribelli; Emerson Fernando Rasera	2019	Construções de Sentido sobre a Diversidade Sexual: Outro Olhar para a Educação Infantil	Psicologia Ciência e Profissão v.39
José Rafael Barbosa Rodrigues; Josenilda Maria Maués da Silva	2020	Democracia e diferença em tramas político-curriculares contemporâneas: o Escola Sem Homofobia em análise	Educar em Revista
Janaina Silva Gondin; Ana Keila Mosca Pinezi; Marilda Aparecida de Menezes	2020	Alteridade e interculturalidade na escola: um estudo etnográfico sobre estudantes bolivianos em São Paulo	Rev. bras. Estud. pedagog., Brasília, v. 101

Eleta Carvalho Freire	2019	O currículo e suas implicações nas relações sociais de gênero entre estudantes do ensino fundamental	Rev. bras. Estud. pedagog., Brasília, v. 100
Priscila Gomes Dornelles; Ileana Wenez	2019	Uma análise generificada sobre o projeto gênero e diversidade na escola	Cad. Pesqui., São Paulo, v. 49
Arilson dos Santos Gomes	2017	Africanidades e diversidades no ensino de História: entre saberes e práticas	Educar em Revista
Émina Santos	2019	A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira	Educ. Pesqui., São Paulo, v. 45
Cláudia Araújo de Lima	2020	Gênero e sexualidade na escola em tempos de globalização: perspectivas e culturas adolescentes no pantanal de mato grosso do sul	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 15
Vívian Parreira da Silva; Aida Victória Garcia Montrone	2020	Vivências de Jongo com crianças na escola: educação das relações étnico-raciais	Rev. SPQMH, v. 4
José Wilson Rodrigues de Melo; Débora Regina Honório Galan; Lilian Bessa Olinto; Lilian Rodrigues Carvalho da Silva	2017	Escola básica, diversidade e direitos humanos	Revista Esmat
Paulo Henrique de Queiros Nogueira	2020	Quando as crianças viadas interpelam a docência	Revista Brasileira de

			Pesquisa sobre Formação de Professores, 12 Cadernos Cajuína, V. 5,
Josiane Peres Gonçalves; Marta Claudiane Ferreira	2020	Diversidade em contexto educativo: práticas desenvolvidas por uma escola pública sul-mato-grossense	
Mônica Faria Abu-El-Haj	2019	Multiculturalismo e educação multicultural: o debate sobre as políticas de identidade na sociedade americana	Educação & Formação, Fortaleza, v. 4
José Bittencourt da Silva; Raimundo Nonato Leite de Oliveira	2020	Inovação Educacional Escolar: uma análise a partir de um caso intitulado Seminário de Diversidade “Quebrando o Tabu”	Revista Exitus, Santarém/PA, Vol. 10
Ana Luiza de Mendonça Oliveira; Marineia Crosara de Resende	2017	Oficinas vivenciais: reflexões sobre direitos humanos de pessoas com deficiências	Psicologia Escolar e Educativa, SP. V. 21
Marcio Caetano; Carlos Henrique Lucas Lima; Amanda Motta Castro	2019	Diversidade sexual, gênero e sexualidades: temas importantes à educação democrática	Colloquium Humanarum, Presidente Prudente, v. 16
Tatiane Kelly Pinto de Carvalho; Maraísa Inês de Assis Martins	2019	Reflexões de projeto extensionista: a trajetória negra contada e cantada por meio do samba	Colloquium Humanarum, Presidente Prudente, v. 16
Jakellinny Gonçalves de Souza Rizzo	2017	Olhares de Norbert Elias: inclusão escolar do aluno surdo	Revista: EaD & Tecnologias Digitais na Educação,

			Dourados, MS
Maria Auxiliadora dos Santos Coelho; Josenildo Santos de Souza	2019	A prática pedagógica para a diversidade cultural na escola do campo ribeirinha	Nova Revista Amazônica - V. VII
Jayson de Souza Moraes; Rogerio da Palma	2019	Educação escolar indígena contra o epistemicídio	Revista de Educação e Sociedade
Jean Jesus Santos; Elder Cerqueira-Santos	2020	Homofobia e escola: uma revisão sistematizada da literatura	Revista Subjetividades, 20
Janine Gomes da Silva; Robson Ferreira Fernandes	2020	Ensino de história e o projeto “gênero e diversidade na escola”: os cartazes como fontes para as subjetividades	Fronteiras: Revista de História
Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro; Isabela Maria Oliveira Catrinck; Sandy Aparecida Barbosa Magalhães	2021	Por uma educação freireana que atue contra a desigualdade de gênero no Brasil contemporâneo	Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 16
Elaine Reis Brandão; Rebecca Faray Ferreira Lope	2018	“Não é competência do professor ser sexólogo” O debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação	Civitas, Porto Alegre, v. 18
Carina Copatti	2020	Diversidade, conflito e interação no contexto da escola do campo: experiências no ensino escolar de Geografia	Revista Espaço Acadêmico, n.20
Leandro de Lajonquière	2020	Por uma escola inclusiva ou da necessária subversão do discurso (psico)pedagógico hegemônico	Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 19

Luciene Franceschini; Marta Regina Paulo da Silva; Renata Fernandes Borrozzino Marques	2017	“Me empresta o lápis cor da pele?”. “pele de quem?”: decolonizando currículos na educação infantil	Revista Cocar, Belém, v.11
Maria Rosemi Araújo do Nascimento; Marina Graziela Feldmann	2018	Formação de professores e diversidade cultural: uma experiência na escola indígena baniwa e coripaco pamáali – alto rio negro	Revista Cocar, Belém, V.12
Neusani Oliveira Ives-Felix; Luiza Nakayama	2018	Alunos indígenas em uma escola não indígena maranhense: possibilidades e desafios	Revista Cocar, Belém, V.12
Amarildo Inácio dos Santos; Gicele Maria Cervi	2019	Sujeitos (in)visíveis: corpos que pesam, vidas que pulsam na escola	Revista Cocar, Belém, V.13
Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Fo	2018	O navio negreiro do racismo religioso “reverso” e a escola como porto inseguro	Revista Semina V. 17
Eliane Domingues; Maria Therezinha Loddi Libonni; Ana Flávia Cicero Conde; Aline Toporowicz; Débora de Nez de Melo; Deborah Sartório Bazzoti; Elaine dos Santos Bergamaschi; Georgia Lara dos Santos	2018	Oficinas com adolescentes do MST: sexualidade, diversidade sexual e gênero	Pesquisas e Práticas Psicossociais 13
Fatima Maria Leite Cruz; Milena Ataíde Maciel	2018	‘Excluir’, ‘Xingar’, ‘Bater’: sentidos de violência na escola segundo estudantes da Paraíba	Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 22
Denise Carvalho Campos;	2021	Exploração sexual de crianças	Psicologia

Lílian Caroline Urnau		e adolescentes: reflexão sobre o papel da escola	Escolar e Educacional, v. 25
André Luiz Machado das Neves; Iolete Ribeiro da Silva	2018	Projetos de igualdade de direitos às pessoas LGBT: significados das/os professoras/es sobre o seu protagonismo	Estudos e Pesquisas em Psicologia, v.18
Ana Carina telko-Pereira; Rayssa Modesto de Souza Brito; Danielle Gomes Batista; Raianny de Sousa Gondim; Vanessa Mendes Bezerra	2018	Violência virtual entre alunos do ensino fundamental de diferentes estados do brasil	Psic. da Ed., São Paulo, v. 46
Fabiana Pomin; Lucas Santos	2020	Educação para as relações étnico-raciais na Educação Física para além da capoeira	Motrivivência, (Florianópolis), v. 32
Helena Maria Campos; Cláudia Gersen; Ivarenga Paiva; Isabella Campos de Araújo Mourthé; Yago Freire Ferreira; Maria do Carmo Fonseca	2017	Direitos humanos, cidadania sexual e promoção de saúde: diálogos de saberes entre pesquisadores e adolescentes	Saúde Debate Rio de Janeiro, v. 41
Tatiana Lionço; Ana Clara de Oliveira Alves; Felipe Mattiello; Amanda Machado Freire	2018	“Ideologia de gênero”: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso	Psicologia Política. vol. 18.
Rafaela da Silva Rodrigues; Priscila Rodrigues Corbini Domiciano; Deisy Emerich-Geraldo	2018	Deficiência intelectual e transtorno do espectro autista: uma revisão da literatura sobre os comportamentos do professor na inclusão escolar	Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento São Paulo, v. 18

Fonte: autores.

Discussão

Com base nos textos encontrados, é possível compreender que as diversidades presentes nas escolas estão intrinsecamente relacionadas ao que chamamos de regionalização. Nesse sentido, observa-se que os estudos que relatam acerca da diversidade cultural, geográfica e linguística são realizados predominantemente em escolas localizadas próximas às fronteiras ou às aldeias de povos originários ou ribeirinhos.

As diversidades sexuais e de gênero foram as mais recorrentes ao longo do estudo, o que mostra que apesar da dificuldade e resistência em se abordar o tema, algumas pessoas têm se esforçado para mudar essa realidade. Atentando para o fato de que o tema não faz parte do currículo, na maioria das vezes, abordar o assunto fica a cargo apenas do professor, todavia, não raramente estes se recusam a falar sobre o assunto ou são pressionados a não falar sobre, seja por preconceito próprio ou medo de colocar o trabalho em risco já que a gestão e a comunidade não querem falar ou ouvir sobre isso. Dessa forma, os temas gênero e sexualidade ficam a cargo apenas dos estudos de biologia que não contemplam a diversidade, corroborando para manutenção de preconceitos e discriminações que se dão pela falta de conhecimento do que é tido como diferente. Contudo, os poucos momentos nos quais é permitido falar sobre isso, seja por meio de um projeto escolar, um estagiário que traz o tema ou apenas em um espaço aberto de fala para os alunos, os resultados se mostram satisfatórios, ao passo que os estudantes conseguem se aproximar do outro, entender e respeitar as diferenças.

Apesar de ser uma diversidade distinta, as relações raciais e o ensino religioso que deveria ser laico nos espaços públicos também enfrentam as mesmas dificuldades e resistências. A partir disso, a cultura afro é apresentada, principalmente, quando não exclusivamente, ao tratar-se do estudo da história da colonização brasileira. Nesse momento também costumam ser citadas as religiões de matriz africana, que não são contempladas nas disciplinas de ensino religioso, bem como muitas outras religiões que acabam sendo silenciadas em prol do cristianismo.

Em relação à diversidade das pessoas com deficiência e os casos de inclusões escolares, os descritores não trouxeram muitos resultados, chamando atenção para o fato

de que o tema não é considerado uma diversidade, ou que essa palavra não tem sido utilizada para se referir a esse grupo diverso. Consequente, quando o estudo se trata de algum transtorno, o foco é o diagnóstico ou atividades adaptadas, não se referindo, portanto, às relações sociais, ou seja, como a escola enquanto grupo interage com as crianças ou ainda se e como desenvolve atividades que visem a inclusão de fato daquele aluno.

Os estudos realizados com os alunos tiveram como metodologia, majoritariamente a observação participante, etnografia. Essa característica pode ser devido a necessidade do consentimento dos responsáveis para que as crianças e adolescentes participem de pesquisas dando entrevistas, por exemplo. Outros estudos foram feitos com base em relatos de experiência dos próprios professores que se utilizavam da própria sala de aula para promover oficinas e/ou atividades temáticas.

Foi possível constatar ainda que boa parte das pesquisas encontradas tiveram como foco os professores e equipe escolar em geral, sendo recorrente a preocupação com a formação durante os cursos de graduação. Atentando para o fato de que muitos não saem da faculdade capacitados para lidar com as diversidades, bem como desconhecem resoluções e legislações acerca dos seus fazeres, que se propõe evitar a violência e promover uma educação inclusiva para todos pautada nos direitos humanos, foi evidenciado ainda a importância da formação continuada, nos diversos temas através de cursos e estudos posteriores, bem como o desenvolvimento da equipe escolar por meio da própria gestão pedagógica e os dispositivos da rede.

Todavia, deve-se destacar que muitas vezes a rede e os poderes governamentais vigentes são os primeiros a retroceder os pequenos avanços conquistados, haja vista o recente episódio (ocorrido em agosto de 2021) no qual o Ministro da Educação Milton Ribeiro, declarou que os alunos com deficiência “atrapalham” o aprendizado dos outros estudantes, afirmação esta que representa grande retrocesso para a educação (O Povo, 2021; BBC News, 2021) e que vai contra a Lei nº 9.394 - Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) que assegura que as escolas, sejam públicas ou privadas, não têm o direito de recusar matrícula em razão do estudante ser uma pessoa com deficiência. Além disso, o mesmo ministro, contrariamente à defesa da educação para todos, afirmou que a universidade deveria ser para poucos, associando a falta de emprego nas áreas de formação a uma sobrecarga de pessoas com graduação (Último

Segundo, 2021). Outro exemplo lamentável é o recente caso (também em agosto de 2021) do professor de Criciúma (SC) que foi demitido após exibir o clipe “Estérea” do cantor Criolo. A música apresentada aos alunos do 9º ano na aula de conteúdo artístico aborda temas como a liberdade e a diversidade sexual, tendo sido indicada ao Grammy Latino em 2019. Apesar disso, o prefeito do município publicou um vídeo nas redes sociais divulgando a demissão e afirmando que não aceitaria que fossem exibidos “conteúdos erotizados”, de mesmo modo que não iria tolerar “viadagem na sala de aula” (UOL Notícias, 2021; G1, 2021). O comportamento do prefeito gerou grandes repercussões nas redes sociais e foi aberta uma investigação para apurar se as falas do mesmo poderiam ser enquadradas como homofóbicas.

Tais situações chamam atenção para o fato de que existem hoje resoluções, leis e referências que orientam as relações sociais e as práticas educacionais, porém muitas vezes elas são esquecidas, silenciadas, quando não ignoradas. A existência da Lei nº 9.394 não impediu o desserviço do Ministro da Educação quando proferiu sua fala preconceituosa e capacitista. Do mesmo modo a Lei nº 7.716/1989, que em 2019 passou a incluir a LGTBFobia como crime, não foi suficiente para impedir que o professor de Criciúma (SC) fosse punido por realizar o seu trabalho, que inclusive está previsto também na Lei nº 9.394 ao assegurar o “respeito à liberdade e apreço à tolerância” (Art. 3, inc. XIV).

Considerações finais

Durante a elaboração do presente trabalho, deparou-se com a dificuldade em se encontrar determinados grupos de diversidades, muito provavelmente por conta da dificuldade em compreendê-los enquanto diversidade, o que chama a atenção para a necessidade de se falar sobre eles a fim de quebrar as forças que os silenciam.

Embora não tenha sido falado sobre regionalismo nos artigos recuperados, nota-se que esse fenômeno está estritamente associado ao que é identificado como diferente em cada região do país.

Independentemente do que cada pessoa compreende ou não como diversidade, é preciso que os Direitos Humanos sejam respeitados nas relações sociais. Nessa

perspectiva, a presente pesquisa destaca que o ambiente escolar tem descumprido diversas leis e orientações da prática educacional em prol de questões relacionadas ao Movimento Escola Sem Partido e ao preconceito estrutural que permeia as relações. Diante disso, o que se vê é que os atores escolares que tentam romper com esse modelo, inserindo discussões acerca das diversidades humanas têm sofrido recorrentes represálias, denunciando assim o quanto ainda estamos longe de um modelo inclusivo.

Embora o estudo tenha cumprido com seus objetivos, sendo possível compreender o que tem sido produzido em relação ao tema proposto, o estudo está limitado a produções dos últimos cinco anos bem como ao ambiente escolar, considerando ainda, apenas o contexto brasileiro. Faz-se necessário novos estudos que busquem compreender como essas diversidades têm sido vistas em outros espaços, quais relações têm sido estabelecidas a partir disso e como isso tem afetado as pessoas que fazem parte desses grupos, majoritariamente minoritários.

Referências

A universidade deveria ser para poucos', diz ministro da Educação. (10, ago. 2021). Último Segundo. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2021-08-10/a-universidade-deveria-ser-para-poucos--diz-ministro-da-educacao.html> acesso em: 27 de set. 2021.

Barifouse, R. (28, ago. 2021). Decreto de Bolsonaro para alunos com deficiência é retrocesso de 30 anos, diz pedagoga da Unicamp. BBC NEWS| Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58347504> acesso em: 27 de set. 2021.

Bonfim, J.; Mesquita, M. R. (2020). “Nunca falaram disso na escola...”: um debate com jovens sobre gênero e diversidade. *Psicologia & Sociedade*, v. 32. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/V3HY8znBRsnFzhghQGWK9jh/?lang=pt>

Borges, C.; Rodrigues, P. (2021). Prefeito de Criciúma demite professor por exibir clipe de música de Criolo com temática LGBTQIA+ em aula de artes. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santacatarina/noticia/2021/08/26/prefeitodecriciumademiteprofessor-por-exibir-clipe-de-musica-de-criolo-em-sala-de-aula.ghtml> acesso em 27 set. 2021.

Brasil. (1990). LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm acesso em: 28 set. 2021.

Brasil. (1996). LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm acesso em: 27 set. 2021.

Brasil. (2019). Senado Federal. PROJETO DE LEI Nº 860, DE 2019. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para definir e punir os crimes resultantes da intolerância, discriminação ou do preconceito por sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135327>> acesso em: 27 set. 2021.

Cesário, L. (ago. 2021). Ministro da Educação: crianças com deficiência "atrapalham" outros estudantes. O Povo. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/08/17/ministro-da-educacao-criancas-com-deficiencia-atrapalham-outros-estudantes.html> acesso em: 27 set. 2021.

Coelho, W. D. N. B.; Silva, C. A. F. D. (2017). Coordenadoras pedagógicas e diversidade: entre percursos formativos e práticas na escola básica. *Educar em Revista*, 87-102. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.49152>

Conselho Federal de Psicologia. (2018). CFP é contrário à aprovação do PL Escola sem Partido. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/cfp-e-contrario-a-aprovacao-do-pl-escola-sem-partido/>> acesso em: 28 set. 2021.

Cruz, F. M. L.; Maciel, M. A. (2018). ‘Excluir’, ‘Xingar’, ‘Bater’: sentidos de violência na escola segundo estudantes da Paraíba. *Psicologia escolar e educacional*, 22, 291-300. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/nfGTMLg7yFDFgvVcgQQrpFp/abstract/?lang=pt>

Da Silva Rocha, M.; De Oliveira, C. D. M. (2018). Intolerância religiosa, educação e diálogo: Geografia escolar e os dilemas do cotidiano. *Educação & Formação*, v. 3, n. 7, p. 200-219. DOI: <https://doi.org/10.25053/redufor.v3i7.179>

De Melo, J. W. R.; et al. (2017). Escola básica, diversidade e direitos humanos. *Revista esmat*, v. 9, n. 14, p. 29-42. Disponível em: http://esmat.tjto.jus.br/publicacoes/index.php/revista_esmat/article/view/207

Do Nascimento, M. R. A.; Feldmann, M. G. (2018). Formação de professores e diversidade cultural: uma experiência na escola indígena Baniwa e Coripaco Pamáali-Alto Rio Negro. *Revista Cocar*, v. 12, n. 24, p. 25-46. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/1884>

Donato, H.; Donato, M. (2019). Etapas na Condução de uma Revisão Sistemática. *Acta Médica Portuguesa*, v. 32, n. 3. DOI: <https://doi.org/10.20344/amp.11923>

Dos Santos Coelho, M. A.; De Souza, J. S. (2019). A prática pedagógica para a diversidade cultural na escola do campo ribeirinha. *Nova Revista Amazônica*, v. 7, n. 2, p. 131-145. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/7510>

Gondin, J. S.; Pinezi, A. K. M.; Menezes, M. A. (2021). Alteridade e interculturalidade na escola: um estudo etnográfico sobre estudantes bolivianos em São Paulo. *Revista*

Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 101, p. 607-626. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/NSbNpxTJbjyByKhmZYZjKYs/?format=pdf&lang=pt>

Ives-Felix, N. O.; Nakayama, L.; Da Silva Felix-Ives, J. V. (2018). Alunos indígenas em uma escola não indígena maranhense: possibilidades e desafios. *Revista Cocar*, v. 12, n. 24, p. 643-664. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/1964>

Martendal, L. (2021). Assustado, professor demitido por exibir clipe de Criolo quer deixar cidade. UOL Notícias. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/08/27/assustado-professor-demitido-por-exibir-clipe-de-criolo-quer-deixar-cidade.htm> acesso em: 27 set. 2021.

Oliveira, A. L. D. M.; Resende, M. C. D. (2017). Oficinas vivenciais: reflexões sobre direitos humanos de pessoas com deficiências. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21, 295-301. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/cgbTkt5Syk5FZ7YQLLwFSHk/?lang=pt>

Oltramari, L. C.; Gesser, M. (2019). Educação e gênero: histórias de estudantes do curso Gênero e Diversidade na Escola. *Revista Estudos Feministas*, v. 27. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/7NRw4t9r8gz9fmCdbjh9YLD/abstract/?lang=pt>

Pereira, A. C. S.; De Souza Brito, R. M.; Batista, D. G.; De Souza Gondim, R.; Bezerra, V. M. (2018). Violência virtual entre alunos do ensino fundamental de diferentes estados do Brasil. *Psicologia da Educação. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação*. ISSN 2175-3520, (46). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/psicoeduca/article/view/39141>

Pereira, L. A.; Felipe, D. A.; França, F. F. (2021). Origem da escola pública brasileira: a formação do novo homem. *Revista HISTEDBR On-Line*, v. 12, n. 45e, p. 239-252. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v12i45e.8640120>

Rodrigues, R. S.; Domiciano, P. R. C.; Emerich-Geraldo. (2018). Deficiência intelectual e transtorno do espectro autista: uma revisão da literatura sobre os comportamentos do professor na inclusão escolar. *Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*, 18(2), 170-186. DOI: <https://dx.doi.org/10.5935/cadernosdisturbios.v18n2p170-186>

Santos, E. (2019). A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira. *Educação e Pesquisa*, v. 45. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945184961>

Scrivano, I.; Bicalho, P. P. G. (2017). Escola sem Partido: Enfrentamentos e Desafios para a Formação em Psicologia. *Psicol. Ensino & Form.*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 32-47. DOI: doi.org/10.21826/2179-58002017813247.

Scrivano, I.; Cunha, F.L.; Bicalho P.P.G. (2017). Escola sem partido: visibilizando racionalidades, analisando governamentalidades. In G. Frigotto (Org.). *Escola 'sem' partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. (pp. 91-105). Rio de

Janeiro: UERJ/ LPP. Disponível em: <https://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gaudencio-frigotto-ESP-LPPUERJ.pdf>

Soares, Z. P.; Monteiro, S. S. (2019). Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. *Educar em revista*, v. 35, p. 287-305. DOI: 10.1590/0104-4060.61432.